

RELATÓRIO FINAL

PROJETO MITA PORÃ

Campo Grande, Mato Grosso do Sul,

Agosto de 2012

FICHA TÉCNICA

Instituição Executora

Nome: Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste

E-mail: casadajuventude@ibiss-co.org.br

CNPJ: 03.906.058/0001-97

Instituição Apoiadora

KNH BRASIL - Regional sudeste e Centro Oeste

Coordenação do Projeto

Lizandra Schuaiga Espricido

Estagiária:

Eliane Teixeira Barbosa

Pesquisadores:

Tainá Gonçalves Seizer

Márcia Natacha

Joiceli Polidoro Ferreira Costa

Nildo Lobo Junior

Marisangela Moreira Nelson

Fabiana Casseres de Souza

Alexander Souza Agüero

Arilson de Souza Arguilera

Regiane Francelino

Talita de Albuquerque

Eloy Francisco Pereira

Claudiceia Polidoro Candelario

Felipe Candelario Lara

Valquíria Candelario

Matheus de Carvalho Antonio

Aldeias Urbanas Participantes

Aldeias urbanas Água Bonita, Darcy Ribeiro e Marçal de Souza

Período de Execução do Projeto

Dezembro 2011 a Agosto de 2012

Relatório Final:

Lizandra Schuaiga Espricido

Eliane Teixeira Barbosa

1. APRESENTAÇÃO

Considerando a importância da temática abordada neste relatório de pesquisa participante, realizada pelos jovens indígenas das aldeias urbanas Água Bonita, Darcy Ribeiro e Marçal de Souza, com a finalidade de oferecer subsídios para garantia e efetividade das políticas públicas locais que estejam voltadas para os reais problemas que atingem as populações indígenas urbanas, foi que se pensou no contínuo de intervenção, após o término do primeiro projeto.

O projeto se dividiu em duas etapas distintas, sendo a primeira a seleção de quinze adolescentes e jovens para participarem do projeto que inicialmente realizou uma capacitação dos jovens pesquisadores com as seguintes temáticas: Participação e Participação Política, Ética e Cidadania, Políticas Públicas, Ações Afirmativas e Controle social, Pesquisa participante e Construção dos instrumentais para aplicação da de Pesquisa e seus desdobramentos.

Possibilitando assim, a capacitação dos adolescentes e jovens sobre pesquisa participante, preparando-os para o levantamento de dados dos problemas locais e no planejamento participativo de uma proposta de intervenção.

A segunda etapa foi à realização de um encontro onde os participantes do projeto apresentaram os resultados da pesquisa realizada em cada comunidade e as possíveis intervenções bem com o foco central diagnosticado nos resultados das três comunidades. Sendo este as diversas formas de violência urbana que acontece a população indígena nas suas respectivas situações vivenciais.

2. POVOS INDÍGENAS

O Brasil tem hoje, segundo dados do IBGE de 2010, mais de 800 mil pessoas indígenas, sendo que a região norte e centro oeste tiveram o maior crescimento (IBGE 2010). A forma de auto declaração utilizada no censo, embora tenha impulsionado um crescimento importante entre os anos de 1991-2000, isso não se manteve em 2010, quando menos de 12% a mais de pessoas foram registrada como sendo de povos indígenas.

O Estado de Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população, é o sexto estado do país em extensão territorial, que corresponde a 4,19% da área total do Brasil e 22,23% da área do centro-oeste. É uma das 27 unidades federativas do Brasil, com 78 municípios. Está localizado ao sul da região Centro-Oeste e tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Sua extensão territorial é maior que a Alemanha, Portugal e Japão e vive um histórico de genocídio indígena desde as ocupações coloniais.

A ação do Estado brasileiro em demarcação de terras de acordo com Brand, (2006 apud Nascimento, 2011), reafirma as reflexões acima dizendo que a demarcação tinha como, “objetivo de confinar os inúmeros núcleos populacionais dispersos em amplo território no atual Estado de Mato Grosso do Sul”. A contradição entre demarcação para disponibilizar terras aos não indígenas tem a um histórico atual que é a luta por demarcação na medida em que pouco ou nenhum território foi considerado para diferentes agrupamentos no século XX. Assim, hoje a luta pela demarcação empreendida por estes próprios povos torna-se estratégia para sua existência.

Analisando todo o processo histórico, desde a invasão de suas terras, culminado com demarcação de territórios, os povos indígenas foram conduzidos a um processo de segregação, pois perderam seus espaços nas terras tradicionais, sendo transferidos para dentro de territórios demarcados. No cone sul, onde está a maior disputa entre fazendeiros e indígenas, o estado era povoado pelos Guarani, espalhados por grupos familiares. A expansão da agricultura e pecuária, por não índios, estaria ameaçada. A solução dos órgãos governamentais foi de retirar os índios de seus Tekoha¹, disponibilizando terras para o avanço agrícola e da ocupação da fronteira brasileira.

¹ Tekoha é ‘o lugar onde vivemos segundo nossos costumes’, é a comunidade semi-autônoma dos Pai {Kaiowa}. Seu tamanho pode variar em superfície (p.ex., um só lugar, cinco lugares) e na quantidade de famílias (de 8ª 120 famílias nos casos extremos), mas estruturas e funções se mantêm iguais: têm lideranças religiosa própria (tekoaruvixa) e política

.: Rua Dos Ferroviários, 94, Cabriúva
.: Campo Grande. MS. CPE 79.008-420
.: Tel: (67) 3325-6171 / 3325-4174
www.ibiss-co.org.br

Segundo o censo 2010, apresenta que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, e abriga segundo o Ministério Público Federal, 8 etnias. No entanto, para Scandola (2006) há 10 povos com suas presenças em diferentes formas, sendo que alguns deles não são reconhecidos pela oficialidade como os Iaiano em Miranda e os Camba em Corumbá. A presenças não necessariamente seguem o modelo que a maioria da população tem como senso comum, ou seja, as aldeias em territórios demarcados. Segundo a autora, podem estar

nas mais diversas situações, como as aldeias em territórios demarcados, aldeias urbanas, frentes de trabalho, grupos familiares urbanos, área de retomada, acampamento, grupos em trânsito, famílias dispersas em assentamentos rurais e ainda vivendo em escombros e periferias urbanas em condições iguais ou piores que os demais da mesma localidade. (SCANDOLA. 2006, p. 4)

É comum, desta forma, encontrar documentos oficiais que invisibilizam aqueles que não estão em territórios demarcados que, se somado ao preconceito contra esses povos, duplamente são discriminados: por ser indígena e por não estarem no lugar que a sociedade lhes determinou.

“nós estamos onde está melhor pra gente viver...não há de ser um não índio a dizer onde a gente deve morar...o direito de ir pra cá e pra lá é de todo mundo {...} se eu quiser ir pra aldeia , eu vou, se eu quiser ficar na cidade, eu fico.Não é isso que vai dizer se eu sou índia ou não sou índia” Enir Terena²*(Audiência Pública, Campo Grande, apud Scandola, 2006)

O transitar dos povos indígenas de um lugar para outro, influenciou nas possibilidades de vivência de suas culturas. E a luta pela conquista de Aldeias Urbanas significa a necessidade de reorganização e retomada de reavivar a cultura, mesmo considerando as condições adversas.

Na contemporaneidade é expressivo o número de famílias vivendo em diversos locais, agindo com resistências às intervenções culturais, indo e vindo entre diferentes territórios: os demarcados, os de vivência e aqueles de sobrevivência na incorporação capitalista que foi realizada pelo modelo agroexportador histórico brasileiro e, que no Mato Grosso do Sul, teve mão de obra indígena em todas as suas expressões. Neste sentido Scandola afirma que:

(mboruvixa, yvyraija) e forte coesão social. Ao tekora correspondem as grandes festas religiosas (avati Kyry e mitã pepy) e as decisões a nível político e formal na reuniões gerais (aty guasu). O Tekoha (...) é propriedade comunal e exclusiva (tekohakuaaha): quer dizer que não se permite incorporação ou presença de estranhos. O Tekoha é uma instituição divina (tekoha ñe' e pyrru jeguanjypy), criada por Nãnderu. O tekoaruvixa é a autoridade religiosa, sempre homem e geralmente de idade e é o vigário e lugarmente de Deus-Criador.

² Enir Terena é líder da Aldeia Marçal de Souza em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (apud SCANDOLA 2005)

A necessidade de sobrevivência por um lado, a busca de qualidade de vida, trabalho e, acima de tudo, o direito de estar nos territórios tradicionais ou de seus antepassados, sejam eles transformados em cidades ou em propriedade privada de não índios, requer que se olhe não mais os povos ocupando o que não é seu ou circunscrito geograficamente nas terras demarcadas. São cidadãos que vivem em diferentes territórios, cuja marca não é apenas o espaço geográfico, mas os significados presentes em cada espaço. É o direito de estar, ir e vir em espaços que lhes conferem significações (SCANDOLA, 2006,p.2)

A história nos mostra que os povos indígenas foram utilizados para o trabalho em diferentes cadeias produtivas, tendo o Estado brasileiro atuado de forma a integra-los a um modelo de sociedade que não considera sua riqueza cultural e suas especificidades. Esta intervenção se deu através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ³ e depois a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, funcionando através de unidades administrativas locais que foram chamadas de Postos Indígenas (PINs), que serviam para, oferecendo serviços de políticas sociais, especialmente a saúde e escolarização, atraía as famílias e, de outro lado, liberava terras aos não indígenas. Assim, o Estado, na visão integracionista, buscava transformar os índios em cidadãos brasileiros plenos, através da educação e dos moldes de trabalhos ocidentais, desconsiderando o saber e a vivência cultural em todas as suas dimensões.

Em 1988, com a Constituição Federal, no seu artigo 231, estabeleceu-se que “são reconhecidos aos índios sua organização social costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam (...)”. Boff (2001,p9) apud Frihling (2006, p9). Afirma que

Nossos indígenas não são primitivos, apenas diferentes. Não são incultos, mas civilizados. Não são ultrapassados, e sim contemporâneos. São humanos como nos, portadores das mesmas buscas, das mesmas ansiedades e das mesmas esperanças que os homens e mulheres de nosso tempo e todos os tempos. Apenas se expressam num dialeto diferente, quem sabe estranho para muitos de nós, mas sempre surpreendente e perpassado de observações atenta das coisas da vida e da natureza. Boff (2001,p9) apud Frihling(2006, p9).

Diante deste contexto de desconstrução cultural, há movimentos contraditórios de (re)conhecimento da presença de povos indígenas em territórios urbanos. De um lado, por exemplo, Campo Grande vem designando agrupamentos específicos como sendo Aldeias Urbanas mesmo não destinando políticas sociais que considerem esta diversidade. Além disso, aqueles que não

³ Aparelho de Estado criado para lidar com as populações indígenas do país. Instituído em 1910, esteve inicialmente vinculado ao Ministério da Agricultura. Almeida (2001, p.21).

estiverem vivendo dentro dessas Aldeias reconhecidas, sofrem mais a invisibilidade, pois não estão 'oficialmente' como existentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, somente em 2009, com a Lei 12010 é que vai considerar a diversidade étnica, especialmente a indígena, para aplicação dos direitos infanto juvenis. Destacamos a importância da qualificação das ações de políticas públicas aos povos indígenas, especialmente baseadas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que preconiza diretrizes que são possíveis de serem executadas, inclusive nos povos indígenas a partir de uma ação estratégica na implantação e implementação de ações que atendam as demandas emergenciais, como também atuação na mudança dos valores culturais dominantes da sociedade envolvente.

As crianças dos povos indígenas tem diferentes formas de receberem ensinamentos e, no caso das guarani, o método de educação lhe concede grande liberdade e aguça seu desejo de descobertas. A comunidade indígena procura estar sempre integrando as crianças na vida da comunidade e em seus afazeres, mesmo quando só observam a conversa dos adultos. Conforme explica Martins (2005,p.175) apud Schuaiga (2007).

A infância é uma fase do aprendizado social, e as crianças são totalmente integradas na vida comunitária. Não há lugar nem contexto onde uma criança indígena não possa ser admitida, nem há recintos nem assuntos “impróprios para os menores”. Martins (2005,p.175) apud Schuaiga (2007. p.16).

O reconhecimento dos povos indígenas como diferentes entre si e com os demais grupos não indígenas exige conhecer a cultura de cada povo, que são imprescindíveis para não desconsiderar as instituições tradicionais, a organização social, suas crenças e seus saberes que podem constituir perdas irreparáveis do ponto de vista da sua identidade. É preciso ter a sensibilidade de admitir não conhecer esse outro universo e preparar-se para vivenciar alteridade a fim de evitar equívocos que reforcem a continuidade da negação dos povos e suas riquezas.

As informações sobre crianças indígenas são raras nas bibliografias, poucos são os pesquisadores que se dedicaram aos estudos com a socialização da criança indígenas. Neste sentido, Fonseca (2006, p.14) afirma que “perplexa, de início, pela falta de qualquer menção desta prática na literatura das ciências sociais.” O estudo sobre crianças dos povos indígenas ainda é esparso, inclusive reconhecido por pesquisadoras como é registrada por Silva e Nunes, (2002, p.11).

(...) nos surpreende o fato de que as informações sobre o universo das crianças indígenas são raras na bibliografia

antropológica brasileira, exceto quando ocasional e secundária vem complementar um discussão cujo foco é outro aspecto da vida social dos povos estudados, mais surpreendidos ficamos ao constatar que essa ausência verifica-se em muitos outros domínios das ciências sociais, tomadas globalmente no decorrer de todo um século.

Considerando que a sociedade indígena não tem a mesma percepção que as não indígenas sobre o que é ser criança e adolescente, essas peculiaridades sócias culturais foram observadas e vivenciadas ao longo da execução do projeto Mita Porã necessidade de se preservar suas crenças e tradições, e que conforme o ECA (2011),apud Rede ANDI Brasil (2011 p.111).

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) considera criança a pessoa ate doze anos de idade incompletos; e adolescente aquele entre doze anos de idade incompletos. Para as culturas indígenas, é possível, de uma forma geral, transpor a noção do que é ser criança; no entanto, o termo adolescente não é comumente empregado. Ao passar pela puberdade – o que pode ser marcado por um ritual de passagem – o indígena começa a ser considerado adulto, podendo constituir família. (ECA,2011,apud Rede ANDI Brasil 2011, p. 111).

Mesmo considerando que as poucas literaturas encontradas que evidencia a criança dos povos indígenas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado na década de 90, que rege um conjunto de normas para que a sociedade brasileira política e juridicamente organizada alterne hábitos, usos e costumes em nossas relações com as crianças e adolescente, vem dizer o que se pode fazer para corrigir desvios quando a família, a sociedade organizada e a própria criança ou adolescente, que deixam de atender as regras básicas da sadia convivência social. A justificativa para a retirada de crianças tem uma fundamentação ideológica e discriminatória, como afirma Scandola:

No quesito trabalho, especialmente cite-se a retirada de meninas para o trabalho doméstico nas cidades sob o argumento civilizatório e, os meninos para o trabalho nas fazendas vizinhas aos territórios sob o argumento de 'ensinar a trabalhar'. Em todas as situações, o processo de desvalorização e desconsideração das culturas tradicionais tem como meta a submissão às regras sociais não índias e embranquecimento cultural, desconfigurando a identidade do grupo a que pertenciam e, sobretudo, desenraizando valores e esgarçando teia de proteção social da comunidade em que estavam inseridos. [o índio é considerado] o feio, o sujo, o desaculturado, o preguiçoso, o não civilizado. (2006, p.4)

No art. 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990. p.18), fundamenta-se os três princípios básicos que norteiam este estatuto, levando em conta os fins sociais a que ela se dirige,

exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA os pais tem o dever de promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e do adolescente, educando e integrando a criança e o adolescente à sua cultura, desenvolvendo valores éticos da solidariedade social através da formação de bons hábitos. No que se refere às ações dirigidas aos não índios, a Rede de Garantia de Direitos preconizada no ECA, em grande parte da sua intervenção não considera a cultura diversa da teia de garantia de direitos⁴ (Frihling, 2006).

Atuar, com povos indígenas, em espaços urbanos e com público que denominamos jovens, precisa considerar a diversidade étnica, o território de moradia e de identidade, a diversidade entre os povos e as contradições que estão vivenciando num espaço de reaviamiento da cultura e da convivência com o entorno e todos os seus problemas. Sobretudo, aprender cotidianamente que o mundo em transformação pode ser enriquecido com a diversidade, considerando a equidade e a alteridade.

⁴ Frihling (2006) denomina de Rede de Garantia de Direitos as instituições oficiais do Estado que tem por missão a proteção dos direitos de crianças e adolescentes e de Teia de Garantia de Direitos, o conjunto de pessoas e instituições tradicionais existentes nos territórios (demarcados ou não) que culturalmente se protegem.

3. RESULTADOS E ANALISES

A seguir será apresentado o resultado da pesquisa realizada junto as Aldeias urbanas Marçal de Souza, Darcy Ribeiro e Água Bonita, situadas no município de Campo Grande MS, com intuito de levantar as demandas relacionadas as políticas publicas existentes nestas comunidades bem como permear pelas reais condições a partir do olhar dos jovens indígenas inseridos neste contexto. Assim destacamos que os resultados descritos são produtos da análise de dados e de diversos diálogos ao longo do processo de capacitação dos jovens e parcerias formadas e das articulações dentro das aldeias.

3.1 Resultados obtidos junto a comunidade Marçal de Souza:

Primeiro loteamento, Marçal de Souza foi construído depois que um grupo Terena ocupou, em 1995, um terreno - na época, ainda vazio - que a Prefeitura de Campo Grande havia doado para a Fundação Nacional do Índio (Funai) para o estabelecimento de uma Casa do Índio. Em 1999, o poder municipal forneceu material de construção e os próprios moradores ergueram 135 casas. A prefeitura construiu também uma escola e um prédio que abriga o Memorial de Cultura Indígena, com 58 espaços de exposição de artesanatos.

3.1.1 Dados de Identificação

Na Aldeia Marçal de Souza, foram entrevistados 67 pessoas pelos 5 jovens pesquisadores, sendo assim distribuídos:

3.1.1.1 Idade dos Entrevistados

Análise dos dados

Entre os entrevistados, 37% dos possuem idade entre 13 a 20 anos, 25% possuem idade entre a faixa etária de 21 a 30 anos, 13% de 31 a 40, 7% possui idade entre 41 a 50 anos, de 51 a 60 anos, participaram da pesquisa 6%, e acima dos 60 anos somente 3%. Ressaltamos que 3% dos entrevistados, ou seja 3 representações familiares não informaram suas respectivas idades, considerando que 37% dos participantes possuem idade entre 13 a 20 anos, observa-se que este fator “idade”, pode estar relacionado com o fator que adolescentes e jovens conversam de “igual para igual” com seus pares sobre diferentes assuntos, outro fator importante é que eles e elas tem como base a propria comunidade.

3.1.1.2 Etnia

Análise dos dados

Na aldeia urbana Marçal de Souza, 85% afirmam ser da etnia Terena, 1% da etnia Guarani e 13% não responderam ou não sabem sua etnia.

Na convivência com a comunidade percebe-se que algumas auto-identidades não são afirmadas por motivos diversos: pertencimentos a etnias não reconhecidas oficialmente: Minoria étnica, dentro de uma comunidade com uma outra maioria que tem o poder político.

3.1.1.3 Estado Civil

Análise dos dados

Em relação ao estado civil dos entrevistados, 57% afirmam ser solteiros, 40% casados, 1% respondeu que é viúvo, e 1% não informou seu estado civil.

3.1.1.4 Aldeia

Análise dos dados

Dos 67 entrevistados sobre sua aldeia de origem 45% relatam sendo sua aldeia a própria Marçal de Souza, os outros 55% informam suas aldeias de origem como sendo terras indígenas do estado de Mato Grosso do Sul.

Os gráficos nos mostram a partir da análise um dado relevante, que se refere aos 45% dos entrevistados que nasceram na aldeia urbana Marçal de Souza sendo estes

3.1.2 CONDIÇÃO FAMILIAR

3.1.2.1 Quantas Pessoas Moram na Casa

3.1.2.2 Quantas crianças moram na casa

3.1.2.3 Quantos adultos moram na casa

Análise dos dados referente ao numero de moradores na residencia.

Análise dos dados nos apresenta que, 3% dos entrevistados informaram que somente 2 pessoas moram na mesma casa, 6% dizem residir 3 pessoas na casa, já 30% dos entrevistados diz que 5 pessoas moram na casa, 21% informou que 4 pessoas residem na casa, já 13% relata que 6 pessoas compõem a família, 9% se refere a 7 pessoas morando na casa, 7% diz que 8 pessoas moram na casa, 4% falam que a família é composta de 9 pessoas, e outros 4% dos entrevistados afirmam residir na mesma casa 10 pessoas.

Os gráficos trazem que com relação ao numero de crianças nas famílias entrevistadas 34% não possuem crianças, 7% das famílias possuem 1 criança na casa, 22% dos entrevistados afirmam ter duas crianças compondo a família, 18% possuem 3 crianças como parte da família 13% possuem 4 crianças na família e 4% dizem que possuem suas famílias 5 crianças.

Outro dado apresentado pelo gráfico é o numero de adultos que compõem a família ou morador na mesma residência, sendo que 1% das famílias entrevistadas possuem 1 adulto, 28% residem dois adultos na casa, 16% relata que 3 são adultos, 24% informam que 4 pessoas adultas compõem o quadro familiar, 18% informam que existem 5 moradores adultos na residência, 6% apontam que 6 são adultos e outros 6% informam que 7 adultos compõem a família.

3.1.3 RENDA FAMILIAR

3.1.3.1 Qual é a renda familiar

Análise dos dados

Os dados referentes a renda familiar dos entrevistados 55% recebem ate um salário mínimo, 40% de um a três salários mínimos compõem sua renda, 3% acima de três salários e 1% dos entrevistados não respondeu.

3.1.3.2 Recebe benefícios sociais do governo

Análise dos dados

Análise dos gráficos que se refere aos benefícios sociais dos entrevistados, 3% são aposentados, 15% recebem bolsa família, 28% alem da bolsa família recebem vale renda, 4% acrescenta a aposentadoria ao vale renda e bolsa família, 25% dos entrevistados possuem como

benefício social somente vale renda, 3% possuem vale renda e BPC (benefício prestação continuada), 18% optou por não responder, 1% não possuem nem um benefício e 1% que se refere a uma pessoa que não especificou o benefício recebido.

3.1.4 DEMANDAS

3.1.4.1 Como você avalia o atendimento de saúde

Análise dos dados

No que se refere ao atendimento de saúde, 66% afirma ser ruim o atendimento ao indígena, 31% relata considerar bom e somente 3% considera ótimo o atendimento de saúde aos moradores da comunidade. Ressaltamos que a análise da pesquisa forneceu outro dado que diz respeito ao uso dos meios de saúde (UBS, Postos 24 horas e hospitais) acontece na coletividade com os não indígenas.

3.1.4.2 Estrutura da aldeia (asfalto , saneamento básico, iluminação pública)

Análise dos dados

Os gráficos apontam no que diz respeito às demandas da estrutura da aldeia à asfalto, saneamento básico e iluminação pública , dos. entrevistados 87% considera ruim esta estrutura, 12% afirma ser bom e somente 1% considera ótimo

3.1.4.3 Transporte publico

Análise dos dados

O gráfico de análise referente a transporte coletivo, que beneficie a comunidade Marçal de Souza, apresenta como resultado 40 entrevistados que refere a 60% afirmando ser ruim e 27 dos entrevistados consideram bom, este numero representa 40% da totalidade da pessoas entrevistadas. Diante do exposto análise apresenta ausência de satisfação no grau ótimo por parte dos participantes.

3.1.4.4 Lazer

Análise dos dados

O item da demanda referente ao lazer apresenta como resultado 75% considerando ruim as opções que a comunidade oferece em benefício ao lazer, 22% considera bom e somente 3% opina como sendo ótimo o lazer dentro de sua comunidade.

3.1.4.5 Cultura

Análise dos dados

As questões culturais analisadas a partir do gráfico acima apresenta que 70% dos entrevistados considera ruim a atuação cultural na comunidade com intuito da preservação e do reavivamento da cultura indígena, a análise traz ainda que 28% pondera como bom e somente 2% afirma ser ótimo.

3.1.4.6 Existe a necessidade de creche na comunidade

Análise dos dados

O resultado apresentado no gráfico exposto acima refere-se a necessidades de creche que atenda as demandas específicas da comunidade. A análise apresenta como resultado que 78% da comunidade considera a existência desta necessidade e 22% afirma não necessitar deste benefício.

Ressaltamos que o item analisado acima foi incluso no instrumental de pesquisa como fator de grande relevância pelos jovens indígenas participantes do projeto podendo estar relacionado ao número significativo de crianças que dependem de cuidadores e exclui a possibilidade dos mesmos se deslocarem do seu ambiente familiar para exercerem funções remuneradas.

3.1.4.7 Como esta a segurança na sua comunidade

Análise dos dados

No item segurança os resultados da análise destaca que 79% dos entrevistados considera ruim o atendimento a segurança na comunidade, 19% afirma ser bom e somente 2% considera ótimo.

3.1.4.8 Você participa das reuniões na comunidade

Análise dos dados

Dos participantes da pesquisa obteve-se como resultado, 57% dizendo participantes das reuniões na aldeia e 43% afirmam não participar das reuniões.

3.1.5 RELAÇÃO DE ITENS QUE A COMUNIDADE APONTA COMO IMPORTANTE PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA SUA COMUNIDADE

3.1.5.1 Resgate das danças indígenas

Análise dos dados

3.1.5.2 Aulas de musica

3.1.5.3 Esporte

3.1.5.4 Palestras e oficinas de orientação familiar

3.1.5.5 Recreação

3.1.5.6 Biblioteca

3.1.5.7 Educação ambiental

Análise dos dados

Análise dos dados dos itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e jovens de sua comunidade em atividades que possam permear as diversas necessidades das crianças e jovens indígenas foram distribuídas da seguinte maneira resgate das danças indígenas, 75% disseram que sim é importante trabalhar as danças, 25% consideram esta questão não necessária, outro dado levantado é a implantação de aulas de musicas sendo considerado por 72% dos entrevistados como importante e 28% acham que não. Em relação a pratica de esportes dentro da comunidade indígena 18% avaliam como não relevante, porem 82% dos entrevistados consideram a pratica do esporte como de suma importância para o publico atendido.

Outro dado que a pesquisa levantou como importante é a realização de oficinas e palestras de orientação familiar que se refere a temas que vão desde relacionamento familiar, políticas

publicas saúde e saúde reprodutiva, protagonismo bem como temas que perpassem pela contemporaneidade vivenciada pelas comunidades atendidas.

Vale ressaltar dentre as 67 pessoas pesquisadas 63% considera importante a implantação de projetos de recreação para crianças e jovens e 37% vem dizer que não é relevante.

Outro item pesquisado diz respeito à implantação de uma biblioteca na comunidade 60% considera importante e 40% não. Destacamos dados analisados sobre a importância de oficinas de educação ambiental as crianças e jovens indígenas, dos participantes da pesquisa 79% considera relevante e 21% não.

3.2 Resultados obtidos junto a comunidade Darcy Ribeiro

A comunidade Darci Ribeiro foi fundada aproximadamente à oito anos fica dentro do bairro Noroeste na saída para Três Lagoas e é composta por 98 casas de alvenaria. Residem nesta comunidade em torno de 120 famílias da etnia terena e guarani. A escola mais próxima da comunidade fica dentro do bairro Noroeste, que atende até o 9º ano do ensino fundamental, as adolescentes que estudam ensino médio tem que se deslocar para o bairro mais próximo que fica à aproximadamente 5 km, pois o bairro Noroeste fica um pouco isolado da cidade pelo fato de estar próximo ao presídio de segurança máxima. A comunidade dispõe de uma associação de moradores que é utilizado para realizar reuniões, festas cursos e outros eventos.

3.2.1 Dados de Identificação

3.2.1.1 Idade dos Entrevistados

Análise dos dados

Entre os 46 participantes da pesquisa, 9% dos entrevistados possuem idade entre 13 a 20 anos, 46% possuem idade entre a faixa etária de 21 a 30 anos, 28% de 31 a 40, 5% possui idade entre 41 a 50 anos, de 51 a 60 anos, participaram da pesquisa 4%, e acima dos 60 anos somente 4%. Ressaltamos que 3% dos entrevistados, ou seja 4 representações familiares não informaram suas respectivas idade.

3.2.1.2 Etnia

Análise dos dados

Na análise dos dados realizada na comunidade Darcy Ribeiro, 96% afirmam ser da etnia Terena, 2% da etnia Kaiowá e 2% não responderam ou não sabem sua etnia.

3.2.1.3 Estado Civil

Análise dos dados

O estado civil dos entrevistados, 78% afirmam ser casados, 20% são solteiros e 2% não informou seu estado civil.

3.2.1.4 Aldeia

Análise dos dados

Dos 46 entrevistados sobre sua aldeia de origem 33% relata sendo sua aldeia a Darcy Ribeiro, 53% informam suas aldeias de origem como sendo terras indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, e 13 % não informaram.

3.2.2 CONDIÇÃO FAMILIAR

3.2.2.1 Quantas Pessoas Moram na Casa

Análise dos dados

3.2.2.2 Quantas crianças moram na casa

3.2.2.3 Quantos adultos moram na casa

Análise dos dados referente ao número de moradores na residência.

Análise dos dados nos apresenta que, 7% dos entrevistados informaram que somente 2 pessoas moram na mesma casa, 9% dizem residir 3 pessoas na casa, já 28% dos entrevistados diz que 5 pessoas moram na casa, 22% informou que 4 pessoas residem na casa, já 15% relata que 6 pessoas compõem a família, 7% se refere a 7 pessoas morando na casa, 7% diz que 8 pessoas

moram na casa, 4% falam que a família é composta de 9 pessoas, e outros 2% dos entrevistados afirmam residir na mesma casa 13 pessoas.

Os gráficos trazem que com relação ao número de crianças nas famílias entrevistadas 13% não possuem crianças, 11% das famílias possuem 1 criança na casa, 26% dos entrevistados afirmam ter 2 crianças compondo a família, 24% possuem 3 crianças como parte da família 15% possuem 4 crianças na família e 4% dizem que possuem em suas famílias 5 crianças, 2% possuem 6 crianças na família e 4% relatam que em suas famílias existem 7 crianças.

Outro dado apresentado pelo gráfico é o número de adultos que compõem a família ou morador na mesma residência, sendo que 4% das famílias entrevistadas possuem 1 adulto, 63% residem 2 adultos na casa, 9% relata que 3 são adultos, 17% informam que 4 pessoas adultas compõem o quadro familiar, 2% informam que existem 5 moradores adultos na residência, 4% apontam que 6 são adultos.

3.2.3 RENDA FAMILIAR

3.2.3.1 Qual é a renda familiar

Análise dos dados

Os dados referentes à renda familiar dos entrevistados 87% recebem até um salário mínimo, 11% de um a três salários mínimos e 2% dos entrevistados não respondeu.

3.2.3.2 Recebe benefícios sociais do governo

Análise dos dados

Análise dos gráficos que se refere aos benefícios sociais dos entrevistados, 37% recebem bolsa família, 28% além da bolsa família recebem vale renda, 11% dos entrevistados possuem como benefício social somente vale renda, 2% recebem cesta de alimentos, 2% são aposentados, 7% optou por não responder, 13% não possuem nem um benefício.

3.2.4 DEMANDAS

3.2.4.1 Como você avalia o atendimento de saúde

Análise dos dados

No que se refere ao atendimento de saúde, 57% afirma ser ruim o atendimento ao indígena, 37% relata considerar bom e somente 7% considera ótimo o atendimento de saúde aos moradores da comunidade.

3.2.4.2 Estrutura da aldeia (asfalto , saneamento básico, iluminação publica)

Análise dos dados

Os gráficos apontam no que diz respeito às demandas da estrutura da aldeia à asfalto, saneamento básico e iluminação pública, dos entrevistados 59% considera ruim esta estrutura, 37% afirma ser bom e somente 4% considera ótimo.

3.2.4.3 Transporte publico

Análise dos dados

O gráfico de análise referente a transporte público, que beneficia a comunidade Indígena Darcy Ribeiro, 61% afirma ser ruim e 37% dos entrevistados consideram bom, e 2% consideram ótimo a mobilidade coletiva.

3.2.4.4 Lazer

Análise dos dados

O item da demanda referente ao lazer apresenta como resultado 81% considerando ruins as opções que a comunidade oferece em benefício ao lazer, 17% considera bom, e somente 2% opina como sendo ótimo o lazer dentro de sua comunidade.

3.2.4.5 Cultura

Análise dos dados

As questões culturais avaliadas pelos entrevistados da comunidade Darcy Ribeiro apresenta como resultado nos gráficos analisados 48% considera ruim a atuação cultural na comunidade com intuito da preservação e do reavivamento da cultura indígena, a análise traz ainda que 41% pondera como bom e 11% afirma ser ótimo. Vale ressaltar que nesta comunidade os gráficos apresentam uma igualdade entre os percentuais onde os entrevistados consideram ruim ou bom as questões culturais.

3.2.4.6 Existe a necessidade de creche na comunidade

Análise dos dados

A análise do gráfico a cima apresenta como resultado que 96% da comunidade considera importante creche que atenda as especificidades da comunidade indígena e somente 4% tem opinião contrária.

3.2.4.7 Como esta a segurança na sua comunidade

Análise dos dados

No item segurança os resultados da análise destaca que 83% dos entrevistados considera ruim o atendimento a segurança na comunidade, 15% afirma ser bom e somente 2% considera ótimo.

3.2.4.8 Você participa das reuniões na comunidade

Análise dos dados

Dos participantes da pesquisa obteve-se como resultado, 65% dizendo participantes das reuniões na aldeia e 35% afirmam não participar das reuniões.

3.2.5 Relação de itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e adolescentes da sua comunidade

3.2.5.1 Resgate das danças indígenas

3.2.5.2 Aulas de musica

3.2.5.3 Esporte

3.2.5.4 Palestras e oficinas de orientação familiar

3.2.5.5 Recreação

3.2.5.6 Biblioteca

3.2.5.7 Educação ambiental

Análise do dos gráficos inseridos no campo 3.2.5, que se refere a relação de itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e adolescentes da sua comunidade.

Análise dos dados dos itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e jovens de sua comunidade em atividades que possam permear as diversas necessidades das crianças e jovens indígenas foram distribuídas da seguinte maneira resgate das danças indígenas, 63% disseram que sim é importante trabalhar as danças, 37% consideram esta questão não necessária, outro dado levantado é a implantação de aulas de músicas sendo considerado por 65% dos entrevistados como importante e 35% acham que não. Em relação a prática de esportes dentro da comunidade indígena 35% avaliam como não relevante, porém 65% dos entrevistados consideram a prática do esporte como de suma importância para o público atendido.

Outro dado que a pesquisa levantou como importante é a realização de oficinas e palestras de orientação familiar que se refere a temas que vão desde relacionamento familiar, políticas públicas saúde e saúde reprodutiva, protagonismo bem como temas que perpassem pela contemporaneidade vivenciada pelas comunidades atendidas. Sendo que dentro os entrevistados 54% considera necessário e 46% não.

Vale ressaltar dentre os 46 pessoas pesquisadas, a opinião se iguala sendo que 50% considera importante a implantação de projetos de recreação para crianças e jovens e outros 50% vem dizer que não é relevante.

Outro item pesquisado diz respeito à implantação de uma biblioteca na comunidade 57% considera importante e 43% não. Destacamos dados analisados sobre a importância de oficinas de educação ambiental as crianças e jovens indígenas, dos participantes da pesquisa 52% considera relevante e 48% não o que nos mostra uma certa paridade de opiniões no que se refere a educação ambiental ou seja dos 46 entrevistados 24 representações familiares consideram importante e 22 não considera.

3.3 Resultados obtidos junto a comunidade Água Bonita

A Aldeia de Água Bonita, iniciativa do governo estadual, foi o segundo loteamento construído em Campo Grande. Fica na saída para Cuiabá, no final de um conjunto habitacional, e possui 60 casas de alvenaria dispostas em círculos, decoradas com grafismos dos povos indígenas do Estado. Na aldeia não possui escola, as crianças e adolescentes estudam na Escola Municipal Prof. João Cândido de Souza, a mais próxima da comunidade (1Km), e atende cerca de mil alunos, nos três períodos. Além do ensino regular a escola é aberta nos finais de semana para o projeto Escola Viva (*Programa do Governo Federal*) de integração escola/comunidade com atividades lúdicas e profissionalizantes. Na aldeia Água Bonita existe uma oca, onde são realizados alguns trabalhos artesanais, ensaios da dança cultural indígena, reuniões internas, atividades esportivas e execução de alguns projetos.

Ao redor da comunidade indígena Água Bonita existe outra comunidade indígena, a Tarsila do Amaral que era composto por 78 barracos não regularizados e que em maio de 2009 foram entregues à essa população 82 moradias, onde residem 140 famílias de baixa renda esse publico que é atendido juntamente com a comunidade Água Bonita.

3.3.1 Dados de Identificação

3.3.1.1 Idade dos Entrevistados

Análise dos dados

Dos 50 participantes da pesquisa, 22% , possuem idade entre 13 a 20 anos, 24% possuem idade entre a faixa etária de 21 a 30 anos, 18% de 31 a 40, 4% possui idade entre 41 a 50 anos, de 51 a 60 anos 2% participaram da pesquisa, 8% estão acima dos 60 anos e 4% dos entrevistados não informaram suas respectivas idades.

3.3.1.2 Etnia

Análise dos dados

Na aldeia urbana Agua Bonita, 86% afirmam ser da etnia Terena, 10% da etnia Guarani, 2% Kadwéu e 2% Guapó.

3.3.1.3 Estado Civil

Análise dos dados

No que se refere ao estado civil dos entrevistados, 48% afirmam ser solteiros, 52% casados.

3.3.1.4 Aldeia

Analise dos dados

Dos 50 entrevistados sobre sua aldeia de origem 78% relata sendo sua aldeia a mesma em que reside, os outros 20% informam suas aldeias de origem como sendo terras indígenas do estado de Mato Grosso do Sul e 2% não responderam esta questão.

Os gráficos nos mostram a partir da análise um dado relevante, que 39 dos entrevistados nasceram na aldeia urbana Agua bonita e reconhecem a mesma como sua aldeia de origem.

3.3.2 Condição Familiar

3.3.2.1 Quantas Pessoas Moram na Casa

3.3.2.2 Quantas crianças moram na casa

3.3.2.3 Quantos adultos moram na casa

Análise dos dados referente ao numero de moradores na residencia.

Análise dos dados obtidos na comunidade Agua Bonita nos relata que 2% dos moradores entrevistados moram sozinhos, 6% dos entrevistados informaram que somente 2 pessoas moram na mesma casa, 26% dizem residir 3 pessoas na casa, já 24% dos entrevistados diz que 5 pessoas moram na casa, 22% informou que 4 pessoas residem na casa, já 8% relata que 6 pessoas compõem a família, 2% se refere a 7 pessoas morando na casa, 4% diz que 8 pessoas moram na casa, 6% falam que a família é composta de 10 pessoas.

Os gráficos trazem que com relação ao numero de crianças nas famílias entrevistadas 26% não possuem crianças, 38% das famílias possuem 1 criança na casa, 20% dos entrevistados afirmam ter duas crianças compondo a família, 6% possuem 3 crianças como parte da família 2% possuem 4 crianças na família, 6% dizem que possuem suas famílias 5 crianças, e 2% afirmam que em suas famílias tem 6 crianças.

Outro dado apresentado pelo gráfico é o numero de adultos que compõem a família ou morador na mesma residência, sendo que 4% das famílias entrevistadas possuem 1 adulto, 38% residem dois adultos na casa, 26% relata que 3 são adultos, 16% informam que 4 pessoas adultas compõem o quadro familiar, 14% informam que existem 5 moradores adultos na residência e 2% apontam que 6 são adultos.

3.3.3 Renda Familiar

3.3.3.1 Qual é a renda familiar

Análise dos dados

Os dados referentes a renda familiar dos entrevistados da aldeia urbana Agua Bonita apresenta que 74% recebem ate um salário mínimo, 16% de um a três salários mínimos compõem sua renda, e 10% dos entrevistados não respondeu.

3.3.3.2 Recebe benefícios sociais do governo

Análise dos dados

Análise dos gráficos que se refere aos benefícios sociais dos entrevistados, 2% são aposentados, 8% recebem bolsa família, 26% além da bolsa família recebem vale renda, 2% acrescenta a aposentadoria ao vale renda, 34% dos entrevistados possuem como beneficio social somente vale renda, 20% optou por não responder, 6% não possuem nem um beneficio e 2% que se refere a uma pessoa que não especificou o beneficio recebido.

3.3.4 Demandas

3.3.4.1 Como você avalia o atendimento de saúde

Análise dos dados

No que se refere ao atendimento de saúde, 68% afirma ser ruim o atendimento ao indígena, 28% relata considerar bom e somente 4% considera ótimo o atendimento de saúde aos moradores da comunidade. Ressaltamos que a comunidade não possui atendimento específico ao indígena relacionado a saúde.

3.3.4.2 Estrutura da aldeia (asfalto , saneamento básico, iluminação publica)

Análise dos dados

No que se refere às demanda da estrutura da aldeia à asfalto, saneamento básico e iluminação publica , dos 50 entrevistados 54% considera ruim esta estrutura, 42% afirma ser bom e somente 4% considera ótimo.

3.3.4.3 Transporte público

Análise dos dados

A análise do gráfico referente a transporte coletivo, que beneficie a comunidade Água Bonita, apresenta como resultado que 70% afirmam ser ruim e 28% consideram bom, e somente 2% diz achar ótimo o atendimento de transporte coletivo.

3.2.4.4 Lazer

Análise dos dados

O item da demanda que se refere ao lazer apresenta como resultado 81% considerando ruim as opções que a comunidade oferece em benefício ao lazer, 17% considera bom e somente 2% opina como sendo ótimo o lazer dentro de sua comunidade.

3.2.4.5 Cultura

Análise dos dados

As questões culturais analisadas a partir do gráfico acima apresenta que 48% dos entrevistados considera ruim a atuação cultural na comunidade com intuito da preservação e do reavivamento da cultura indígena, a análise traz ainda que 41% pondera como bom e 11% afirma ser ótimas questões culturais que envolvem a comunidade Água Bonita.

3.2.4.6 Existe a necessidade de creche na comunidade

Análise dos dados

O resultado apresentado a partir da análise do gráfico exposto acima refere-se a necessidades de creche que atenda as demandas específicas da comunidade. Apresenta como resultado que 98% da comunidade considera a existência desta necessidade e somente 4% afirma não necessitar deste benefício.

3.2.4.7 Como esta a segurança na sua comunidade.

Análise dos dados

No item segurança os resultados da análise apresenta que 83% dos entrevistados considera ruim o atendimento a segurança na comunidade, 15% afirma ser bom e somente 2% considera ótimo.

3.2.4.8 Você participa das reuniões na comunidade

Análise dos dados

Os resultados referente a participação da comunidade nas reuniões realizadas na mesma , obteve-se como resultado, 65% dizendo participantes das reuniões na aldeia e 35% afirmam não participar das reuniões.

3.2.5 Relação de itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e adolescentes da sua comunidade

3.2.5.1 Resgate das danças indígenas

3.2.5.2 Aulas de musica

3.2.5.3 Esporte

3.2.5.4 Palestras e oficinas de orientação familiar

3.2.5.5 Recreação

3.2.5.6 Biblioteca

3.2.5.7 Educação ambiental

Análise do dos graficos inseridos no campo 3.2.5, que se refere a relação de itens que a comunidade aponta como importante para as crianças e adolescentes da sua comunidade.

Análise dos dados dos itens que a comunidade aponta como importantes para as crianças e jovens de sua comunidade em atividades que possam permear as diversas necessidades das crianças e jovens indígenas foram distribuídas da seguinte maneira resgate das danças indígenas, 86% disseram que sim é importante trabalhar as danças, 14% consideram esta questão não necessária, outro dado levantado é a implantação de aulas de musicas sendo considerado por 72% dos entrevistados como importante e 28% acham que não. Em relação a pratica de esportes dentro da

comunidade indígena 16% avaliam como não relevante, porem 84% dos entrevistados consideram a pratica do esporte como de suma importância para o publico atendido.

Outro dado que a pesquisa levantou como importante é a realização de oficinas e palestras de orientação familiar que se refere a temas que vão desde relacionamento familiar, políticas publicas saúde e saúde reprodutiva, protagonismo bem como temas que perpassem pela contemporaneidade vivenciada pelas comunidades atendidas. Sendo que dentro os entrevistados 84% consideram necessário e 16% não.

Vale ressaltar dentre os 50 pessoas pesquisadas, 78% considera importante a implantação de projetos de recreação para crianças e jovens e outros 22% vem dizer que não é relevante.

Outro item pesquisado diz respeito à implantação de uma biblioteca na comunidade 72% considera importante e 28% não. Destacamos dados analisados sobre a importância de oficinas de educação ambiental as crianças e jovens indígenas, dos participantes da pesquisa 78% considera relevante e 22% não.

4. CONSIDERAÇÕES

O trabalho realizado no decorrer do projeto ofereceu subsídios para gestores que se dispuserem a efetivar políticas públicas locais para que estejam voltadas para os reais problemas que atingem as populações indígenas urbanas. Por outro lado, é um instrumento importante para as lideranças indígenas jovens e adultas.

Ao longo do seu desenvolvimento possibilitou o empoderamento a partir de capacitações onde os jovens indígenas participantes do projeto, se aprimoram em diversos temas, o que possibilitou aos mesmos, bem como a equipe técnica, a ampliação do conhecimento que permeia tanto as vivências e culturas indígenas como não indígenas.

No decorrer do projeto aconteceu o empoderamento dos jovens de diversas formas, perpassando por varias fases, cada uma delas com suas particularidades, o que permitiu ao longo de sua execução resultados tanto de ordem concreta como subjetivas. Se dúvida a mais visível foi: *agora eu falo!*

As concretas aconteceram a partir dos temas previstos no cronograma onde os participantes foram se apropriando dos seus direitos, deveres. A partir disso observou-se que os jovens conseguiram visualizar as políticas públicas dentro de suas comunidades, bem como as diversas necessidades que permeiam as aldeias urbanas, no que se refere principalmente a violência urbana que acomete esta população, no encontro das comunidades adstritas com o entorno.

Observou-se a partir da escuta ativa ao longo do processo de execução do projeto, que a temática “violência” permeia a realidade vivencial das comunidades atendidas pelo projeto, sendo estas de diversas formas: física, moral, psíquica, ética, étnica e os vários desdobramentos que circundam cada uma delas.

A organização Mundial de Saúde define a violência como: o uso deliberado de força física ou de poder, que seja em grau de ameaça ou efetiva, contra a própria pessoa, contra outra pessoa, um grupo ou comunidade. E, que cause ou tenha muitas possibilidades de causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtornos ou privações.

Pacheco (2006) vem dizer ainda que a violência divide-se em categorias, sendo estas a violência apontada a própria pessoa, violência interpessoal, comunitária e violência estrutural, que surge da conseqüência das redes sociais primárias e secundárias que o cada um esta inserido.

A autora supra citada, descobre que a violência étnica na contemporaneidade, é uma violência que rompe com os padrões prescritos eticamente e moralmente, sendo estes base na luta da igualdade dos direitos humanos.

Desta forma observou-se ao longo deste processo que a principal temática que circundou todo o processo de capacitação, pesquisa e resultados, esta relacionado aos diversos desdobramentos da violência. Também observado pela a equipe técnica, nas suas articulações dentro das comunidades e nas diversas relações que se estabeleceram durante o processo de execução do projeto.

Neste sentido, o convívio com as comunidades proporcionou a equipe, a efetivação de vínculo, de forma a sermos considerados integrantes das comunidades, o que permitiu maior envolvimento das famílias e lideranças, na construção do conhecimento, na troca de saberes, de forma igualitária e relacional.

No que se refere à equipe técnica, ainda ressaltamos que a mesma ao longo do processo do projeto, participou ativamente dos conselhos, onde além da representatividade institucional, possibilitou a articulação e a presença dos jovens nestes espaços, para que acontecesse o empoderamento e a vivência nos espaços que permeiam a luta pela garantia de direitos. Ainda informamos que a equipe técnica assumiu uma das cadeiras do Conselho Estadual Indígena, que permite ampliação da visibilidade do projeto no âmbito Estadual.

Conforme as ações foram sendo desenvolvidas, a atuação dos jovens nos encontros e capacitações foi tomando consistências, onde os mesmos começaram a se apropriar de diversas formas de conhecimentos, antes encobertas pelas acepções e limitações impostas as comunidades indígenas, que é visível com a fala da jovem indígena Guarani, “deixa eu falar! Me orgulho de ser índia, temos que falar nossa língua materna que esta se perdendo” (SIC).

Assim sendo o empoderamento, mais de ordem subjetiva do que objetiva, sua visibilidade só é perceptível através das relações que se firmam, nos gestos expressivos que surgem, como por exemplo, quando um jovem consegue decidir o que é importante para ele enquanto sujeito detentor de direito. Exemplo este vivenciado pela equipe técnica quando um dos participantes do projeto escolhe não estar presente em uma atividade prevista, em função de algo que naquele momento lhe proporcionaria benefícios mais tangíveis.

Esta vivencia no decorrer do projeto causou a equipe técnica um certo desconforto e falta de aceitação pela escolha do jovem, mas após avaliação da conduta do mesmo perante o fato, percebeu-se que isso é uma forma de empoderamento ou seja escolher ser sujeito de sua própria história. Fato de difícil aceitação pela equipe o que sugere que situações como estas, precisam de

uma rede de apoio, pois podem se caracterizar como uma forma de violência que pode inibir e levar um processo de anomia.

Ainda em relação à percepção do processo de capacitação, encontros, reuniões do projeto Mita Porã, observamos que tanto para as famílias dos participantes, a comunidade e os jovens, a finalização desta etapa do projeto, acrescenta em suas vivências diárias novas potencialidades na luta das violações de seus direitos, como por exemplo: o direito de expressar – se através do reavivamento cultural e da não aceitação das diversas formas de violência impostas pelo sistema social.

Destacamos entre as ações previstas e realizadas no projeto, a formulação de um instrumental de pesquisa a ser aplicado em cada comunidade participante, instrumento este construído pelos jovens após a capacitação. Observou-se que temas levantados e discutidos nos encontros foram omitidos na construção por se tratarem de temas que reforçam cada vez mais as diversas violências e a negação das necessidades dos povos indígenas.

Assim, os resultados obtidos na avaliação do instrumental vêm mostrar as diversas dicotomias que circundam as aldeias indígenas urbanas, suas distintas necessidades aparentes no cotidiano vivencial, que ao mesmo tempo visível enquanto sujeitos de pesquisa se tornam invisível quando se trata de assegurar o que preconiza a Constituição Federal, sobretudo a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2005.

Vale ressaltar que neste sentido, considera-se que o estudo realizado traz uma relevante contribuição para a áreas que atuam frente as realidades dos povos indígenas, oferecendo um leque de hipóteses a serem desenvolvidas, de forma a contribuir cientificamente no que se refere a diversos aspectos, tanto no que tange aos Direitos Humanos, como no desenvolvimento de ações que promovam aprendizagem, o empoderamento dos participantes e seus pares, permitindo a aquisição de estratégias que assegurem o reavivamento da cultura indígena e a qualidade de vida enquanto sujeitos detentores de direitos.

Ao longo do processo observou-se que embora todas as realidades cientificamente comprovadas a partir dos resultados da pesquisa, a violência urbana embora não se concretize como dado apresentado nos resultados como item do instrumental, ela circunda de forma subjetiva todos os gráficos apresentados, bem como nas expressões verbais e não verbais dos jovens, nas realidades apresentadas das comunidades e vivenciadas tanto pelos participantes do projeto como equipe técnica.

Assim, conforme apresentado as necessidades das comunidades participantes do projeto Mita Porã, são diversas e peculiares, existindo a necessidades de centrar-se em uma temática de

forma a abranger as reais necessidades explícitas e implícitas nos resultados das pesquisas, fortalecendo o processo de reavivamento cultural dos povos indígenas envolvidos, com o apoio das famílias, comunidades, instâncias de direitos e poder público de modo a potencializar as estratégias de enfrentamento e o contínuo do empoderamento nas diversas formas de violência urbana que acomete as comunidades indígenas urbanas no município de Campo Grande MS.

Portanto salientamos a real necessidade apontada no decorrer do relatório do desenvolvimento de um projeto de intervenção, que potencialize a capacidade criativa e crítica de crianças, jovens indígenas, para que atuem com autonomia na construção de estratégias de enfrentamento da violência urbana, que transgridi os direitos humanos, de viverem com dignidade e justiça na sociedade preconizando não mais serem apenas fontes de pesquisa, e sim sujeitos de sua história.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil: In: Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 e Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2204.

BRASIL, Convenção nº169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA lei nº 8.069, de 13 Julho de 1990.

BRASIL, Legislação Indigenista Brasileira, 3ª Edição- Brasília 2005.

FRIHLING, Maristela Farias. Crianças Guarani em Situação de Violência Sexual: Um Estudo Sobre a Rede e A Teia de Garantia de Direitos. Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social – UNIGRAN. Ano 2006.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. A Violência Contra os Povos Indígenas: Uma Estrutura Invisível que Impõem a Fronteira Entre a Vida e Morte. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PEREIRA, Levi M. Parentesco e organização social kaiowa. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Ano 1999.

SCÂNDOLA, Estela Márcia: Crianças dos Povos Indígenas: Apurar o Olho e o Coração na Conquista dos Direitos. 2007, mimeo.

SCHUAIGA, Lizandra: A Situação das Crianças Guarani Kaiowa da Comunidade Bororó Egressas de Abrigos Públicos do Município de Dourados/ Ms. UNIGRAN, 2007.